

O MITO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Cláudia Alves Fernandes
Ricardo de Oliveira Fernandes Junior
Giane Rena Cardoso Queiroz
Alunos do Curso de Filosofia da UFJF
clafer@nextwave.com.br
ricfer@nextwave.com.br
giane.rena@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma visão da construção da Independência do Brasil, procurando creditar o mérito ao seu real arquiteto, que foi Dom João VI. O senso comum nos coloca a versão mitológica, em que D. Pedro I proclama a independência brasileira mediante um brado às margens do Rio Ipiranga. Todavia, alguns autores atribuem a emancipação brasileira ao advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, bem como os atos promulgados aqui por Dom João VI. Acreditamos que a partir daí, uma nova era começou na história do Brasil, pelo fato do Rio de Janeiro ter sido sede do império, pois, Dom João foi obrigado a implantar importantes medidas que vieram a contribuir para que nos tornássemos um país independente em 1822, indo para além do ato atribuído a Dom Pedro I. Contudo, somente a partir da Independência é que se pode pretender falar sobre uma história nacional brasileira. Para isso, essa pesquisa procurou investigar o período compreendido entre os anos de 1808 e 1822 com vistas a entender as implicações da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil. Nesse processo buscamos identificar, examinar e analisar material bibliográfico significativo que pudesse nos inserir no âmbito do conhecimento histórico desejado.

Palavras-chave: independência brasileira – império brasileiro – corte portuguesa – dom João VI

1 – INTRODUÇÃO

O escopo deste artigo é apresentar uma visão peculiar da construção da Independência do Brasil procurando fazer jus ao seu real arquiteto e de certa forma não considerar apenas o ato atribuído a Dom Pedro I que acabou se constituindo no mito da independência brasileira. Segundo Maestri (1997) e Vinhosa (1999) a emancipação brasileira começou a ser construída com o advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e com as, posteriores, medidas implantadas aqui por Dom João VI. Desta forma, julgamos que o mérito

de arquiteto da Independência do Brasil deveria ser dado a Dom João VI, mesmo sendo ele não consciente de tal ato.

A decisão da família real portuguesa de deixar Lisboa e rumar para o Brasil, há mais de 200 anos atrás, salvou a dinastia de Dom João e preparou o Brasil para a sua independência.

Depois de deixar Lisboa, Dom João atracou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. Na antiga capital da colônia, o príncipe regente permaneceu um mês, tempo suficiente para abrir os portos ao comércio exterior. Era o fim do pacto colonial.

No dia 7 de março de 1808, a família real finalmente chegou ao Rio de Janeiro, a nova capital do império, mas só desembarcou no dia seguinte. Sem um grande palácio para recebê-los, os casarões foram adaptados às necessidades da corte. De acordo com Cavalcanti (2003): *“Os prédios eram muito inferiores aos de Portugal. Não dava para chamar aquilo de palácio”*.

Assim que se instalou no Brasil, Dom João tentou preservar a rotina que mantinha em Portugal, onde seu dia era dividido em despachos com ministros, recepção de súditos e aparições públicas.

“A prioridade de Portugal sempre foi manter a unidade do império”, diz Cavalcanti (2004). Mas para que o Rio fosse a capital do reino, Dom João precisou abrir concessões que resultaram na independência do Brasil.

Ele permitiu a instalação da imprensa, fundou a marinha, a academia e o hospital militar. Foi também em seu tempo que foram criadas várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médica-Cirúrgica da Bahia, além da Biblioteca Real, do Jardim Botânico, da academia de Belas Artes e do Banco do Brasil.

Um de seus principais atos foi a abertura dos portos em 1808, além da concessão de autonomia administrativa ao Brasil em dezembro de 1815. Pois, naquela época, pelo fato do Brasil ainda ser uma colônia de Portugal, tudo o que produzíamos era enviado à metrópole. Não podíamos fazer comércio com outros países, nem ter nossas próprias moedas, jornais e livros.

Em 1816, a rainha morre e o príncipe regente é coroado rei dois anos depois. Foi quando os portugueses começaram a exigir o retorno do agora Rei Dom João VI para Lisboa. No Brasil, por outro lado, começavam as manifestações contra o monarca.

“O rei não ficou porque não gostava do Brasil, como afirmam alguns, mas porque poderia perder o trono se não voltasse para Portugal”, afirma Cavalcanti (2004). E Dom

João estava certo. Quando a Revolução do Porto eclodiu em Portugal, em 1820, os revolucionários fizeram questão do retorno da corte a Portugal.

O imperador deixou o Brasil em 1821 e no ano seguinte, seu filho Dom Pedro I proclamou a independência do território que ele, Dom João, governara por 13 anos.

Segundo Barros (1973), somente a partir da Independência do Brasil é que podemos pretender constituir uma verdadeira história nacional, pois no Brasil, como país colônia, os “fatos históricos” acontecidos só ganham significado no contexto histórico de outras nações, a que realmente fazem parte. *“Os episódios da nossa história colonial são em larga margem, episódios da história portuguesa, espanhola, francesa, holandesa, que se passam fora do território desses países”* (BARROS, 1973).

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ANTECEDENTES DA VINDA DA FAMÍLIA REAL

A família real portuguesa não foi a primeira nem a única dinastia a fugir com sua corte em virtude dos avanços de Napoleão Bonaparte. Num primeiro momento, a atitude de Dom João, embarcando numa esquadra de forma apressada e desorganizada, dava a impressão de fuga, de pânico ou de qualquer outra catástrofe. Entretanto, não é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, pois há algum tempo o embarque da família real fora esboçado e avaliado em todas as suas conseqüências por estadistas e soberanos, quando determinadas circunstâncias políticas vinham ameaçando a soberania portuguesa.

Segundo Norton (1979) a transferência foi uma atitude pensada e declara: *“(…) abandonar a Europa para fundar no Brasil um grande império, fora, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania continental portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção fulminante”*.

O que também afirma Gomes (2007): *“A existência de tantos planos, e tão antigos, explica por que a mudança da corte para o Brasil deu certo em 1807. Foi uma fuga, mas não tão apressada nem tão improvisada como geralmente se imagina. A decisão já havia sido tomada e analisada diversa vezes por diferentes reis, ministros e conselheiros ao longo de quase três séculos”*.

Assim, Dom João, aconselhado por seus ministros, começou a admitir a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, buscando um lugar mais seguro e distante das cobiças de

espanhóis e franceses. Logo, diante das exigências do governo francês, em outubro de 1807, o príncipe regente define, pela *Convenção Secreta*, ratificada por Jorge III da Grã-Bretanha, a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil.

A França exigia que Dom João declarasse guerra à Inglaterra, porém o mesmo garantiu ao governo inglês, por intermédio de seu Ministro em Londres, que não acataria as exigências francesas, mas exigia que sua partida não fosse precipitada. O príncipe buscou manter certa neutralidade e habilmente tentava ganhar tempo, tomando medidas diplomáticas até mesmo ambíguas. Contudo, o governo francês não renunciava suas exigências e a Inglaterra não se dava por vencida e ao mesmo tempo em que aconselhava, também insistia pela adoção do plano de transferência da Corte portuguesa, de acordo com seus interesses políticos na Europa e na futura expansão de seu comércio com a América.

Desta forma, como também coloca Gomes (2007): “*Em meados de outubro, a decisão de transferir a corte para o Brasil já estava tomada de forma definitiva. Por intermédio de seu embaixador em Londres, D. João tinha assinado um acordo secreto com a Inglaterra pelo qual, em troca da proteção naval durante a viagem para o Rio de Janeiro, abriria os portos do Brasil ao comércio com as nações estrangeiras. Até então, só navios portugueses tinham autorização para comprar ou vender mercadorias na colônia*”.

Resistir ao exército francês seria impossível. Portugal não tinha condições de enfrentar as forças coligadas da França e Espanha, a não ser que tivesse o apoio dos ingleses. Contudo, diante das últimas vitórias do exército de Napoleão, nem a Inglaterra se habilitaria a medir forças com os franceses no continente.

Em 26 de novembro de 1807, no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, foi dado um decreto, determinando que o príncipe regente “*tendo resolvido, em benefício de meus vassallos, passar com a Rainha minha Senhora e Mãe e com toda a Real Família para os Estados da América e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro até a Paz geral...*”. Este decreto também nomeava uma Regência para governar Portugal enquanto Dom João estivesse no Brasil, acompanhado de instruções sobre o juramento que deveriam prestar aqueles que foram nomeados para a regência.

Desta forma toda a família real portuguesa, bem como o governo (ministros, arquivos, funcionários), a nobreza reacionária e uma pequena multidão de cerca de 15 mil pessoas, espremidas em 16 navios (os números são contraditórios) deixaram Lisboa em 29 de novembro de 1807, que segundo Gomes (2007), representava um grande número de pessoas: “*Entre 10000 e 15000 pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200000 habitantes*”.

Dom João, o príncipe regente, teve ajuda da frota inglesa na organização da travessia atlântica, sua viagem foi longa e a duração variou para os diferentes navios, mas o seu só chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808, mais de três meses depois de ter deixado a barra do Tejo. Sua estada ‘brasileira’ foi de 13 anos ininterruptos de exílio americano.

2.2. CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO BRASIL

No dia 22 de janeiro de 1808, após 54 dias no mar e aproximadamente 6400 quilômetros percorridos, D. João chegou ao porto da cidade de Salvador no Brasil. O restante do comboio tinha aportado no Rio de Janeiro uma semana antes, apesar de todos os obstáculos e perigos, não há notícia de uma única vítima fatal durante a viagem (GOMES, 2007).

Para Gomes (2007): *“A mesma Bahia que trezentos anos antes tinha visto a chegada da esquadra de Cabral, agora testemunhava um acontecimento que haveria de mudar para sempre, e de forma profunda, a vida dos brasileiros. Com a chegada da corte à Baía de Todos os Santos começava o último ato do Brasil colônia e o primeiro do Brasil independente”*.

Existem algumas versões na história que D. João teria aportado em Salvador por acaso, pois os navios teriam se perdido devido a tormentas enfrentadas no trajeto, porém para Gomes (2007) estas hipóteses não fazem nenhum sentido, mas que a escala baiana foi planejada e que está versão muda sensivelmente as interpretações feitas até hoje sobre a vinda da corte para o Brasil, a começar pela imagem do próprio príncipe regente, que segundo completa Gomes (2007): *“Uma escala na Bahia seria uma hábil manobra política, que muito viria a calhar num momento em que a enfraquecida e depauperada corte portuguesa precisava de todo o apoio”*.

Assim, depois de uma curta escala na Bahia, mas que contou com tomadas de decisões importantes como a abertura dos portos do Brasil e a aprovação para criação da primeira escola de Medicina do Brasil, no dia 7 março de 1808 entrava na baía de Guanabara uma parte das embarcações portuguesas, conduzindo o primeiro monarca que pisaria no Novo Mundo.

Na cidade do Rio de Janeiro encontrava-se o principal porto do Brasil, com uma intensa atividade comercial, articulando a metrópole, o litoral nordestino, o sul, e até mesmo a região do Rio da Prata. Entretanto, no início do século XIX a cidade possuía características tipicamente coloniais, delineada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de

comodidade e serviços públicos precários. A população era constituída majoritariamente por escravos negros e não alcançava a marca de sessenta mil habitantes.

Conforme Priore (2000), na primeira metade do século XIX a paisagem urbana do Rio de Janeiro era então bem modesta. Até a inauguração do Real Teatro de São João, as atividades culturais cariocas não eram suficientes para quebrar a monotonia cotidiana. Nessas condições, a súbita chegada da comitiva real teria provocado um grande transtorno e rebuliço na cidade.

Segundo Gomes (2007): *“para os que estavam em terra, o momento era de festa e regozijo. Postado entre milhares de pessoas ansiosas que se comprimiam ao longo do cais para ver a chegada das naus portuguesas”*.

Sem dúvida, foi um encontro de dois mundos bem diferentes, até então alheios e longínquos, um do outro. De um lado, uma monarquia européia trajando casacas de veludo, sapatos afivelados, meias de seda, perucas e galardões, roupas pesadas e escuras demais sob o sol escaldante de um país tropical. De outro, uma cidade colonial e quase africana, com dois terços da população formada por negros, mestiços e mulatos, repleta de homens de grossos modos e vida um tanto incomuns, como: traficantes de escravos, tropeiros, negociantes de ouro e diamantes, marinheiros e mercadores (GOMES, 2007).

Assim, grande alvoroço foi feito pelos colonos, cuja alegria contrastava com as fisionomias cansadas dos recém-chegados. Casas e ruas foram enfeitadas, na cidade do Rio de Janeiro, festejos e comemorações aconteciam por todos os lados. Para os habitantes comuns, excitava: a novidade, o pitoresco, a sensação de estarem mais próximos da nobreza. Para os homens públicos e de negócios, era a possibilidade, agora latente, de que o Brasil se inserisse no concerto das grandes nações, mesmo que ainda na condição de colônia.

Contudo, o processo de adaptação não seria de todo fácil e amigável. A cidade, que contava então com cerca de 60 mil habitantes, enfrentava problemas de inúmeras ordens, onde segurança e saneamento estavam entre os principais. Relatos que contrastam a natureza bela e exuberante à sujeira, mau cheiro e presença de ‘vadios e desocupados’ pelo centro da cidade não são escassos. Abrigando agora um número considerável de novos habitantes, a cidade viu seus problemas se agravarem.

Ao saber da chegada da Corte, o vice-rei do Brasil apressou-se em adaptar o edifício do Paço para abrigar a Corte e servir de sede do governo. Devido à falta de espaço, foram ainda requisitados mais dois prédios, o da Câmara e Cadeia e o do Convento do Carmo. Pessoas que ocupavam estes prédios foram deslocadas para outros locais, como por exemplo, os frades carmelitas, que se viram despejados da casa que haviam construído e habitavam

durante séculos. Dom João preferiu como residência a Quinta da Boa Vista, que lhe foi oferecida pelo negociante Elias Antônio Lopes que, em troca, recebeu inúmeros benefícios do governo.

Dentre os nobres, alguns preferiram estabelecer-se nas cercanias da cidade, ocupando chácaras cedidas por brasileiros ricos ou construindo novas residências. Com isso, vencida a primeira fase de adaptação, o projeto de modernização tomaria seu curso. A nova sede, mesmo que temporária, do Reino Português deveria ostentar características análogas às européias, superando a típica precariedade do mundo colonial.

Segundo Holanda (1995), *“a sociedade refinava-se, de outro lado, não apenas pelas novidades que lhe traziam os estrangeiros, mas igualmente pelos salões que se vinham abrindo, para as reuniões elegantes, promovidas pela nobreza chegada com a Corte. As residências, em conseqüência, já apresentavam um bom tom, que diferia profundamente das pobres moradias do período anterior”*.

Houve também uma grande preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio a Lisboa. Multiplicaram-se obras em quase todas as ruas, novas habitações foram construídas com a fisionomia de residências européias. O comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da Corte, emprestando a cidade ares de uma capital européia.

Sem sombra de dúvida, a chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro, em termos de saneamento, saúde, arquitetura, cultura, artes, costumes, tudo mudou para melhor pelo menos para a elite branca que freqüentava a vida na corte (GOMES, 2007).

Foi criada em 1808 a Intendência Geral da Policia, nos moldes da existente em Lisboa, cuja função era de policiar a cidade, no sentido de aproximá-la da ‘civilização’, e também cuidar da urbanização, controlar espetáculos e festejos públicos e solução de conflitos conjugais, familiares e de vizinhança. Apesar de possuir jurisdição em todas as capitanias, suas atividades acabaram se concentrando na capital. A grande preocupação deste órgão era a divulgação de idéias revolucionárias e, neste ponto, sua atuação abrangia outras regiões.

Portanto, quando a família real portuguesa veio para o Rio de Janeiro, uma nova era começou na história do Brasil. Por ter virado sede de um império, tornou-se um lugar mais importante. Instalado aqui, Dom João criou o primeiro banco, o primeiro jardim botânico, o primeiro jornal, melhorou as condições de vida no Rio, além de permitir que outros países fizessem comércio conosco. Com isso, as condições para que nos tornássemos um país independente, em 1822, foram surgindo lentamente.

2.3. ATOS DE DOM JOÃO VI NO BRASIL

Antes mesmo do desembarque no Rio de Janeiro, em prévia parada na cidade de Salvador no dia 28 de janeiro, Dom João havia promulgado uma Carta Régia, contendo o ‘Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas’. Na prática, os portos ficavam abertos aos navios ingleses, grandes mercadores da época. O fim do monopólio colonial propiciou uma intensa diversificação na dinâmica da vida colonial, resultante da entrada de novas coisas e pessoas.

Assim sendo, estava decretada a Abertura dos Portos da colônia às nações amigas de Portugal. Esta medida revelava-se, então, uma decisão inevitável, uma vez que os portos portugueses estavam tomados pelos franceses, pois havia a necessidade de assegurar outras vias de escoamento de produtos da colônia, já que estes constituíam a principal fonte de recursos para as finanças da Coroa. A grande beneficiária desta medida foi à Inglaterra, único país em condições de enviar navios para a América do Sul e que já havia negociado com Portugal uma privilegiada posição no comércio com o Brasil, nos acordos para transferência da Família Real.

Conseqüentemente, esta medida implicou na quebra do monopólio comercial de Portugal no Brasil, o que representou um duro golpe, pois os comerciantes portugueses passaram a concorrer em condições muito desvantajosas, com comerciantes de outros países, particularmente com os ingleses, após a assinatura dos tratados de 1810, sendo o mais importante deles o Tratado de Comércio e Navegação, que estabelecia uma taxa de apenas 15% sobre a importação de produtos ingleses. Para avaliar o significado dessa medida, basta lembrar que a taxa de importação de produtos portugueses era de 16% e a de produtos de outras nações de 24%.

Da mesma forma, o alvará de 1^o de abril de 1808 abolia toda e qualquer proibição de instalação das manufaturas no Brasil, favorecendo o início das atividades de fabricação de tecidos, as indústrias extrativas de minerais, a atividade dos ouvires, a extração de diamantes e a siderurgia, representando o último golpe no sistema de exclusividade com a metrópole.

Assim sendo, esta medida, juntamente com a abertura dos portos, representava na prática o fim do sistema colonial, mostrando que o Brasil se libertava de três séculos de monopólio português e se integrava de vez ao sistema internacional de produção e comércio como uma nação autônoma (GOMES, 2007).

Ainda mais, de acordo com Vinhosa (1999), a bordo da frota que trouxe a Família Real estavam presentes os elementos essenciais de um Estado: o alto escalão das hierarquias civil, militar e religiosa, membros da alta sociedade, homens de negócio do governo. Também vieram elementos do segundo escalão, de grande destaque na administração de um Estado soberano e de importante influência.

Imediatamente após a chegada ao Rio de Janeiro, Dom João dava início à implantação de um sistema administrativo na América. Foram instalados importantes órgãos administrativos do Estado português: os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros e o da Marinha e Ultramar; os Conselhos do Estado e o da Fazenda, o Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Além, da Casa de Suplicação, tendo funções de tribunal Superior, e a já citada Intendência Geral da Polícia.

Dom João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médica-Cirúrgica da Bahia e a Academia Real do Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura; fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e ofício, o Banco do Brasil (1808), a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e, ainda, promoveu a fundação da Imprensa Régia no Brasil e a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, responsável por trazer para a América as práticas culturais da Europa.

Entendemos assim, que os primeiros anos da Corte no Brasil representaram uma das mais férteis obras administrativas possíveis, em que as transformações teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815, quando D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e promoveu o Rio de Janeiro a sede oficial da Coroa.

2.4. O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES

A ocupação de Portugal pelos franceses, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e os tratados comerciais de 1810 haviam criado uma ruptura no Império Português. De um lado, a antiga metrópole, que ficara sem a figura do seu soberano e perdera suas antigas funções e, de outro, a antiga colônia, que agora exercia as funções de metrópole, situação que foi consolidada pela elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815.

Fato este confirmado por Barros (1973) em sua afirmação: “... *da fuga da família real, que acabou conduzindo o Brasil à categoria de Reino Unido em lugar de mera colônia*”. Assim, conservar a unidade do Império nessas condições se mostrou uma tarefa praticamente impossível, pois exigia a atenção aos interesses tanto brasileiros quanto portugueses.

Com o exílio de Napoleão em Elba, uma nova conjuntura diplomática internacional foi se definindo, na qual Portugal tentou tirar algum proveito, buscando uma reaproximação com a França, a fim de evitar uma dependência exclusiva com a Inglaterra. Esta reagiu à nova orientação portuguesa, procurando persuadir Dom João VI a voltar para a Europa, onde a Corte estaria mais vulnerável aos interesses econômicos locais.

Entretanto, no círculo da Corte do Rio de Janeiro, predominou a opinião de que Dom João VI deveria permanecer no Brasil com um grande poder no Novo Mundo do que se sujeitar a uma condição inferior na Europa. A permanência da corte no Brasil significou certa predileção pela parte americana do império.

No Congresso de Viena, Portugal não conseguiu resistir às pressões da Inglaterra, que não aceitou a revisão dos tratados de 1810 e ainda exigiu que Portugal proibisse o comércio de escravos ao norte do Equador, enquanto ao sul seria mantido por um período de oito anos, o que evidencia a fragilidade de Portugal no novo jogo diplomático europeu, incapaz de encontrar outro apoio que não fosse o da Inglaterra.

Neste período ocorre o reaparecimento dos interesses continentais portugueses em oposição aos interesses americanos, o que provocou conflitos entre portugueses e brasileiros no interior do Império, já que a Corte se mostrava infiltrada nos interesses americanos.

Algumas famílias do Rio consolidaram sua posição no Brasil, com uma série de favores que obtiveram do soberano, passando a dispor de grande influência. Contudo, comerciantes da Bahia, Maranhão e Pará permaneceram muito dependentes das casas comerciais portuguesas, o que gerou hostilidades entre portugueses e brasileiros.

Este quadro acabou por provocar dois episódios em 1817, um em cada lado do Atlântico e que foram duramente reprimidos pelo governo. Em 6 de março eclodia a Revolução Pernambucana no Brasil e em maio denunciava-se em Lisboa uma conspiração de cunho liberal.

As medidas tomadas pela Corte para tentar apaziguar os ânimos dos portugueses do continente não foram suficientes. Em 1820 uma nova revolução eclodia, desta vez no Porto, no dia 24 de agosto, na qual os revoltosos pregavam o fim do Antigo Regime e a convocação das Cortes para a elaboração de uma constituição. Diante da ameaça ao seu trono, Dom João VI foi obrigado a retornar para Portugal, mas deixou na América o seu filho Pedro de Alcântara como regente. Encaminhava-se assim o processo de independência do Brasil.

Para Gomes (2007) a situação era tão evidente, que afirma: “... *o rei partia do Rio de Janeiro, contra a sua vontade e sem saber exatamente o que o esperava em Portugal.*”

Deixava para trás um país completamente mudado, que o acolhera com tanta alegria treze anos antes e no qual o processo de independência era já previsível e inevitável”.

2.5. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

É fato que D. João VI deixou o Brasil, no entanto, graças a ele, o país manteve sua integridade territorial tornando-se o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. Como consequência das mudanças promovidas por ele, o Brasil se tornava maior do que o era quando ele aqui chegou, mas o perdera para sempre em decorrência da proclamação de nossa independência pelo seu filho D. Pedro, em 1822.

De certa forma podemos entender que esse fato já estava sendo previsto por D. João, que antes de partir chamou D. Pedro, o filho mais velho e herdeiro da coroa, para uma última recomendação: *“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, que para algum desses aventureiros”* (GOMES, 2007).

Com sua volta para Portugal e as exigências para que também o príncipe regente voltasse, a aristocracia rural brasileira passa a viver sob um difícil dilema: conter a recolonização e ao mesmo tempo evitar que a ruptura com Portugal assumisse o caráter revolucionário-republicano, marca predominante na independência da América Espanhola, o que evidentemente ameaçaria seus privilégios. A maçonaria (reaberta no Rio de Janeiro com a loja maçônica Comércio e Artes) e a imprensa uniram suas forças contra a postura recolonizadora das Cortes.

Dom Pedro é sondado para ficar no Brasil, pois sua partida poderia representar o esfacelamento do país. Era preciso ganhar o apoio de Dom Pedro, em torno do qual se concretizariam os interesses da aristocracia rural brasileira. Um abaixo assinado de oito mil assinaturas foi levado por José Clemente Pereira (presidente do Senado) a Dom Pedro em 9 de janeiro de 1822, solicitando sua permanência no Brasil. Cedendo às pressões, Dom Pedro decidiu-se: *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico”*.

É claro que Dom Pedro decidiu ficar bem menos pelo povo e bem mais pela aristocracia, que o apoiaria como imperador em troca da promessa de que a independência não viesse a alterar a realidade sócio-econômica colonial. Contudo, o ‘Dia do Fico’ era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal.

Graças a homens como José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da independência), Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e outros, o movimento de

independência adquiriu um ritmo surpreendente com o ‘cumpra-se’, onde as leis portuguesas seriam obedecidas somente com o aval de Dom Pedro, que acabou aceitando o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822), oferecido pela maçonaria e pelo Senado. Em 3 de junho foi convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e em primeiro de agosto considerou-se inimigas as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil.

Em Portugal, a reação tornava-se radical, com ameaça de envio de tropas, caso o príncipe não retornasse imediatamente. José Bonifácio, transmitiu a decisão portuguesa ao príncipe, por carta sua e de Dona Maria Leopoldina, que ficara no Rio de Janeiro como regente, em face da viagem que Dom Pedro para São Paulo.

No dia sete de setembro de 1822 Dom Pedro que se encontrava às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, após a leitura das cartas que chegaram em suas mãos, bradou: “*É tempo... Independência ou morte... Estamos separados de Portugal*”. Chegando no Rio de Janeiro (14 de setembro de 1822), Dom Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil. Era o início do Império do Brasil, embora a coroação apenas se realizasse em primeiro de dezembro de 1822.

2.6. BRASIL INDEPENDENTE

Para os homens e as nações que ainda não são independentes, o tempo é contado a partir dos acontecimentos; isso pode não ser válido para os homens individualmente, mas se aplica aos povos. Logo, não há uma unidade nacional brasileira, como fator unificante de nossa história, voltado para um centro de decisão próprio, é algo que só se conquista a duras penas, após a independência, que cria no país um autêntico centro de decisão e daí começa a unificação nacional (BARROS, 1973).

Segundo Barros (1973): “*A independência cria no País um autêntico centro de decisão e é deste que se irradia a obra de unificação nacional. A partir dela, principia a esboçar-se uma “história do Brasil” – intimamente ligada, é claro, à história do Ocidente, mas com significação própria*”.

A independência nacional coincide com a época do romantismo, em que sua filosofia nos inspira a procurar um destino próprio. Não é o romantismo apenas no campo literário, mas no da política com as idéias da monarquia constitucional e também da filosofia como concepção de vida e é aí que se ajusta às necessidades mais profundas do país nascente, servindo como apoio para a sua organização político-social e para a elaboração de um modo de conceber sua existência.

Para Barros (1973), essa filosofia valorizava extremamente o nacional, o que é singular e próprio das nações. Desta forma, o fácil pensar romântico se ajusta às necessidades e aspirações de um povo que, conquistada a sua independência, quer elaborar e definir o seu projeto de nação.

3 – CONCLUSÕES

Sem dúvida, podemos afirmar que a abertura dos portos às nações amigas foi um sinal do caráter desenvolvimentista e estratégico, da habilidade diplomática de Dom João VI. A partir deste ato iniciamos a formação de uma Nação do ponto de vista econômico, administrativo e político.

De fato, podemos considerar Dom João VI um estrategista político, afinal sem recorrer à violência, enfrentou com sucesso os exércitos de Napoleão e conseguiu não só preservar os interesses de Portugal, como deixar um Brasil bem superior ao que havia encontrado ao chegar em 1808.

Outro ato de Dom João VI que devemos destacar foi à fundação da Fameb (Faculdade de Medicina da Bahia) simbolizando o início da independência cultural do Brasil. Antes disso, Portugal não permitia a criação de nenhuma faculdade em suas colônias, enquanto que nas possessões espanholas, existiam universidades desde o século 16.

Mais de 300 anos após o descobrimento, a instalação da Imprensa Régia só foi autorizada quando a corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, inaugurada em 13 de maio de 1808. E o primeiro jornal impresso no Brasil, a ‘Gazeta do Rio de Janeiro do Brasil’, foi lançado em 10 de setembro de 1808.

Consideramos, sem dúvida alguma, também, que a vinda, provisoriamente, do governo português para o Brasil foi um dos fatores principais da unidade nacional, sem a qual poderíamos ter nos enterrado em conflitos regionais, a tal ponto que a separação entre as províncias seria quase inevitável, a exemplo de nossos vizinhos da América espanhola, nos fragmentando em um retalho de pequenos países autônomos.

Ao voltar a Portugal, por imposições políticas, Dom João VI deixou no Brasil seu filho Pedro, príncipe herdeiro que viria a proclamar nossa independência, tornando-se nosso primeiro Imperador, fato permitido pela administração comandada por Dom João VI que havia criado em nosso país estruturas políticas, administrativas e militares alicerçadas em boas condições econômicas, tendo como consequência a origem de uma nação capaz de se emancipar, seguindo seus destinos sem a tutela portuguesa.

Em nenhum outro período da história brasileira tivemos a oportunidade de testemunhar mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas, quando se alinham todas estas realizações, ocorridas em pouco mais de uma década, é forçoso admitir que nossa emancipação se deva muito mais a Dom João VI, do que ao grito bradado por Dom Pedro I, imagem enaltecida e divulgada na nossa história distorcida, pois somente uma pessoa de visão diplomática, um perfeito estrategista como Dom João VI, cercado por assessores competentes, poderia ter transfigurado a antiga colônia deixando nosso país habilitado para, através da independência, decidir seu próprio rumo.

A independência nacional significou a transformação da sociedade brasileira em uma “comunidade histórica”. Antes deste fato, não se poderia falar em uma “história do Brasil”.

4 - REFERÊNCIAS

BARROS, ROQUE SPENCER M. de. **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro**: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Ed. USP/Grijalbo, 1973.

CARDOSO, CIRO F. S. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CAVALCANTI, NIREU. **O Rio de Janeiro Setecentista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Crônicas Históricas do Rio Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOLHA ON-LINE – Jornal Folha de São Paulo. **200 anos da vinda da família real portuguesa**. Disponível em: < <http://www.folha.com.br> > Acesso em 14 de maio de 2010.

GOMES, LAURENTINO. **1808**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HOLANDA, SÉRGIO B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAESTRI, MÁRIO. **Uma História do Brasil**: Império. São Paulo: Contexto, 1997.

NORTON, LUÍS. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

PRIORE, MARY Del. **Revisão do Paraíso**: os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VINHOSA, FRANCISCO L. T. **Administração Joanina no Brasil (1808-1821):** O processo de criação de um Estado independente. In: Seminário Internacional Dom João VI: um rei aclamado na América. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999.

www.defesa.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

